



AOFA

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS
DAS FORÇAS ARMADAS

27º Aniversário da AOFA

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DEONTOLÓGICO

Major-General Jorge Aires

Trafaria, 26 de outubro de 2019

Exm^{os} Convidados e Amigos

Camaradas,

1. Na qualidade de Presidente do Conselho Deontológico coube-me trazer aqui esta Saudação. Faço-o referindo que este é um texto que tem a anuência dos Conselheiros, ou seja, mais do que uma opinião pessoal traduz aquilo que é uma concepção partilhada dos temas que irei abordar.
2. Alguns poderão interrogar-se sobre a razão de existir na AOFA um Conselho Deontológico. Podia estabelecer um paralelo com a generalidade das Ordens profissionais a cujos Conselhos Deontológicos compete analisar comportamentos éticos dos associados, sempre em consonância com o enquadramento legal em vigor.

Contudo, no caso da AOFA não sucede assim. A nossa intervenção está balizada pelos seus Estatutos. Existimos para estudar e dar parecer sobre os assuntos que o Conselho Nacional entender trazer ao nosso conhecimento, sem, no entanto, pormos de lado iniciativas próprias discutidas no seio do Conselho, e que, posteriormente, veiculamos para o Conselho Nacional.

3. Sendo o Conselho um Órgão colegial, o apuramento do seu sentir sobre assuntos no âmbito da ética e deontologia militares nem sempre é fácil de consensualizar.

Todavia, posso garantir que os debates havidos no Conselho enriquecem todos os elementos presentes e têm sido o ponto de partida para publicação de textos, de vários conselheiros, que reflectem sobre a situação da Instituição Militar e dos Homens e Mulheres que nela servem.

Merecem ser destacados os textos que focam a degradação das condições remuneratórias dos militares, a degenerescência da assistência na saúde, as alterações vexatórias nos mecanismos de estabelecimento das pensões de reforma e a incapacidade para o preenchimento dos efetivos e das condições exigíveis para o cumprimento da missão, condições que atingiram níveis muito perto daquilo que se pode considerar como o patamar mínimo requerido para o normal funcionamento da Instituição Militar.

4. Poder-se-á questionar se o Conselho deveria vir a terreiro quando certos temas ganham relevo no espaço mediático.

Esclareço que não é essa a função do Conselho. Limitamo-nos a responder às solicitações do Conselho Nacional, sendo que a tomada de posição pública é deixada ao critério de cada Conselheiro, e a essas tomadas de posição o Resumo de Imprensa da nossa Associação tem dado o devido destaque.

Convém ainda referir que a visibilidade do Conselho no seio da Associação, sendo pouca, deve ser entendida como um sinal positivo, já que é a prova de que os nossos sócios não têm dado qualquer motivo que exija a nossa intervenção.

5. Se assim é em relação aos sócios, quando individualmente considerados, registamos que o desempenho dos Militares é visto por todas as organizações internacionais em termos que colocam as Forças Armadas Portuguesas no patamar da Excelência e destacam a sua competência, profissionalismo, coragem e capacidade para interagir com as populações das regiões onde desenvolvem a sua actividade operacional.

Mesmo internamente, as mais altas entidades do Estado são unânimes em reconhecer o papel único que as FA desempenham

na prossecução da política externa do País, o prestígio e a notoriedade que daí advêm para Portugal e a possibilidade que isso dá ao País de poder participar, ao mais alto nível, em todos os *fora* internacionais.

Contudo, no momento da verdade, no momento em que o governo, e todos os outros que o antecederam, atribuiu os recursos da Nação às múltiplas solicitações, os militares não foram considerados na sua especificidade. Como consequência disso, a sua remuneração média migrou para patamares progressivamente inferiores situando-se hoje nos níveis mais baixos das carreiras da Administração Pública.

Trata-se de uma política injustificável uma vez que as condições de desempenho dos militares são das mais arriscadas, mais penosas, mais stressantes e mais massacrantes das relações familiares.

Os militares primam, na sua quase totalidade, pelo cumprimento escrupuloso dos deveres estatutários e dos princípios morais e éticos que enformam a vida militar e têm mostrado que são pacientes. Mas, como qualquer bem finito, a paciência pode esgotar-se.

6. Ao Senhor Ministro da Defesa Nacional hoje reempossado nas suas funções, desejamos-lhe muitas felicidades e muitos êxitos no desempenho de tão importante cargo. Gostaríamos de poder partilhar do seu sucesso.

Felicitando-o, deixamos a seguinte mensagem:

O Senhor Ministro já visitou algumas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos Militares. Viu, ouviu e, aparentemente, nada disse e nada fez. Será que percebeu, que interiorizou, que registou!? Será que já compreendeu o que é e como vive a estrutura militar?

Se a resposta for afirmativa, então tem a obrigação de exercer o dever de tutela.

Tem a obrigação de fazer reverter medidas legislativas que foram tomadas em claro prejuízo dos militares, algumas delas já sob sua responsabilidade.

Tem que resolver os problemas que existem: na progressão nas carreiras; na redução do número de cargos na estrutura superior das FA e na descida do posto adequado para desempenhar essas funções; na data a partir da qual são devidos os novos vencimentos após uma promoção; na revisão do sistema retributivo; na ADM e no IASFA.

Muitas são as agruras que nos afectam, mas ficamos por estas, sendo que as soluções estão quase todas nas suas mãos.

Senhor Ministro, faça como os militares: equipe-se, vá para o campo de batalha e lute até à exaustão, até à morte (entenda-se política) se necessário for.

7. Senhor Ministro, não são as medidas positivas de reequipamento que alteram o essencial da política para as Forças Armadas. O essencial, porque lhe é estrutural, é a política dirigida ao Pessoal (recrutamento, retenção e saídas; assistência sanitária; formação, carreiras, promoções e remunerações) e é daí que vem o que parece imparável - crescente indisponibilidade operacional mascarada na resposta pontual nisso colocando tudo o que há.

Podemos admitir que a decisão de neste Governo passar a existir uma Secretaria de Estado dedicada aos Recursos Humanos e Antigos Combatentes seja um sinal positivo. Será que estamos perante um sinal de que o caminho vai ser outro? Aguardamos com expectativa o novo programa do Governo e a subsequente *praxis*.

Certo é que continuando a percorrer o caminho onde nos encontramos, a curto prazo atingiremos o limiar da insignificância das Forças Armadas no quadro geral da estrutura do Estado.

É o caminho para um Estado exíguo e essa direção não é lógica nem inteligente. Se e quando aí chegássemos surgiriam os arautos da desgraça defendendo que a melhor solução seria decretar a

extinção das Forças Armadas e atribuir a responsabilidade da defesa da República a companhias de mercenários ou às alianças de que fazemos parte.

A primeira das soluções está ao nível de alguns dos países mais subdesenvolvidos. Quanto à segunda hipótese dois óbices: por um lado, teoricamente isso seria possível desde que Portugal também contribuísse no esforço de guerra das alianças. Ora, não havendo Forças Armadas que colaboração se imaginaria? Por outro lado, sabe o Senhor Ministro que os nossos Aliados só nos socorrerão se nisso identificarem a defesa dos seus Interesses e a História ensina que quando se instalaram no solo pátrio foi bem difícil daqui saírem.

Sejamos rigorosos e transparentes, este caminho não é lógico nem inteligente. As Forças Armadas são o garante da defesa dos interesses do Povo e apenas existirão enquanto o Povo o desejar e ainda está por surgir o político que no seu programa eleitoral defenda e promova a extinção das Forças Armadas.

A nós, militares, compete-nos trazer alguma lucidez a este debate, continuar a preparação para situações de combate difíceis e complexas, garantir a integridade do território nacional e executar as missões que, nos termos da Constituição e da Lei, nos forem cometidas.

8. As recentes eleições legislativas não produziram uma alteração significativa na composição da Assembleia da República, o que permite prever que não vá haver alteração na forma como o poder político vai continuar a tratar dos assuntos militares. Vaticinamos uma atitude hegemonzada pelo desdém e pela ignorância relativamente aos militares, à satisfação dos seus legítimos anseios e direitos.

A ser assim, restam-nos três linhas de acção:

- Continuar a denunciar os atropelos à lei e apoiar o recurso aos Tribunais;

- Incrementar a movimentação social com o objectivo da mudança das políticas e da recuperação de direitos, e prosseguir com a intervenção Institucional traduzida em diligências oficiais e tomadas de posição públicas.

9. A Lei da Condição Militar prevê mecanismos para contrariar o que pode constranger um comprometimento total com a missão atribuída aos militares. Acontece que não é dessa forma que os sucessivos Governos a têm lido e se assim a leem não a cumprem.

Das diversas situações que podem ser elencadas por afetarem essa Condição, merecem particular destaque os mecanismos de cálculo da pensão de reforma e a assistência na saúde.

As alterações introduzidas no anterior cálculo da pensão de reforma determinam que os jovens militares de hoje irão receber uma pensão de reforma que constitui um vexame para quem entrega a sua vida à função Militar. Esta será uma das principais razões que leva à saída de jovens oficiais por abate ao Quadro.

Quanto à saúde, num País onde todos os cidadãos têm direito à saúde com custos tendencialmente gratuitos, é inaceitável que os militares estejam sujeitos a um duplo pagamento da mesma e a um sistema que, a cada dia que passa, vê a sua capacidade de resposta diminuída.

Acresce que esse sistema também deverá assegurar a cobertura dos nossos familiares. A esse respeito, o Militar tem de ter tranquilidade absoluta quando é chamado a cumprir uma missão em qualquer parte do Território Nacional ou do Mundo. Essa tranquilidade é imprescindível para que o militar possa responder às exigências da sua função. Se isso não acontecer, imagine-se o rol de preocupações que atravessarão a mente de um combatente e o que isso pode representar em termos do seu foco na missão.

Uma ação de combate, para ser bem-sucedida, obriga o militar a uma entrega total, sem o mínimo pormenor que desvie a sua atenção do ambiente circundante e dos procedimentos táticos e

técnicos adequados ao conflito em que está envolvido, de modo a não por em risco a sua vida nem a dos seus camaradas.

Assistência na saúde e pensões de reforma são condições que devem ser salvaguardadas quando ainda não necessitamos delas ou quando pensamos que ainda temos muito tempo para nos preocuparmos com isso.

É imperioso e urgente que o Governo intervenha para saldar passivos, pôr cada coisa no seu devido lugar, rever e repor direitos dos Militares.

Assim se faça e os Militares olharão para o futuro com a certeza de que terão nele um lugar e uma situação digna e respeitada, correspondente a tudo o que lhes vai sendo imposto no presente e a todos os sacrifícios que fazem para, com muito orgulho, levantarem bem alto o nome de Portugal

Camaradas

10. Como é reconhecido, e está consagrado estatutariamente, é ao Conselho Nacional que compete dirigir a atividade da nossa associação. Da parte do Conselho Deontológico, a avaliação que fazemos é de que a prioridade na ação deve incidir:
 - Nas remunerações dos militares;
 - Nas promoções e carreiras;
 - Na Assistência na saúde à família militar, e no IASFA/Ação Social Complementar, o seu programa de atividades e o acompanhamento da sua administração por parte dos associados.

11. Os Homens e Mulheres que se entregam à função Militar vivem tempos difíceis. Fustigados pela TROICA continuamos a aguardar a eliminação de medidas que já hoje constituem discriminação negativa dos Militares. Outras medidas a reboque da crise constituem uma inequívoca desvalorização da função militar e vão



à revelia da Lei da Condição Militar. Mas não desistiremos de informar, denunciar, mobilizar e trabalhar para reverter a situação.

Somos gente de combate, se necessário vamos à luta!

Em ação concertada com os restantes Corpos Sociais continuaremos a pugnar por fazer mais e melhor.

Parabéns aos restantes Corpos Sociais por tudo quanto têm feito em prol da Associação e dos Oficiais que representam.

Viva a Associação dos Oficiais das Forças Armadas!

Viva Portugal!

Trafaria, 26 de Outubro de 2019

O Presidente do Conselho Deontológico
Jorge Manuel Caldeira Aires
MajGen/Engel(Reformado)